

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2023

(Do Sr. Henrique Vieira)

Requer ao Ministério do Trabalho e Emprego informações acerca do abono salarial devido aos trabalhadores.

Requeremos a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que o Ministério do Trabalho e Emprego informe, enviando os respectivos documentos comprobatórios:

1. Qual a razão para o atraso no pagamento do abono salarial aos trabalhadores que preenchem os requisitos legais? Por que até agora o pagamento não foi normalizado?
2. Há perspectiva de retomada do calendário de pagamento habitual, sem atrasos, isto é: no ano seguinte àquele da contribuição?
3. Há alguma diferença no calendário do pagamento para trabalhadores de empresas públicas e privadas? Em caso positivo, a que se deve esta diferenciação?

JUSTIFICAÇÃO

O abono salarial encontra previsão constitucional no art. 239, *caput* e § 3º, tendo sido regulamentado pela Lei 7.998/90.

Trata-se de um benefício anual no valor máximo de um salário-mínimo, assegurado aos trabalhadores que recebem em média até dois salários mínimos de remuneração mensal de empregadores que contribuem ao PIS ou ao PASEP, tenham exercido atividade remuneradas



pelo menos durante 30 dias do ano-base e estejam cadastrados há pelo menos cinco anos no Fundo de Participação PIS-Pasep ou no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

O abono salarial é pago com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), sendo gerido pelo Ministério do Trabalho e Emprego e tendo, ademais, como agentes pagadores a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

Atualmente, e desde 2020, há atrasos no pagamento do abono salarial, de modo que o benefício não é pago no ano seguinte àquele no qual houve o recolhimento, por parte dos empregadores, mas até dois anos após, pelo menos para uma parte dos trabalhadores.

Assim, considerando que se trata de valores significativos para o trabalhador de baixa renda, seja ele de empresa pública ou privada, é que se requer informações a respeito da normalização do calendário de pagamento do benefício.

Sala das Sessões, 30/10/2023.

Pastor Henrique Vieira

Deputado Federal

